**TERCEIRA SECRETARIA**
**DIRETORIA LEGISLATIVA**
**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO**
**SETOR DE TAQUIGRAFIA**
**SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA**
**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA**

# ATA CIRCUNSTANCIADA DA 27ª (VIGÉSIMA SÉTIMA) SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,

**DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.**

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Está aberta a sessão extraordinária.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Wasny de Roure a secretariar os trabalhos da Mesa.

Item nº 1:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 676, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre as autorizações para localização e funcionamento de atividades econômicas e auxiliares e dá outras providências".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 676, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre as autorizações para localização e funcionamento de atividades econômicas e auxiliares e dá outras providências".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Ratifico que foi aberta a sessão extraordinária para votação do Projeto de Lei nº 676, de 2015.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante, para declaração de voto.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, volto a esta tribuna para deixar uma coisa absolutamente clara com relação à votação de ontem sobre a questão do Iprev.

Eu nunca tive tanta clareza como tenho com relação à votação que fizemos ontem. Primeiro porque consultamos os maiores especialistas do Brasil e estamos dentro do art. 244, da Constituição Brasileira, e do art. 44, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Tenho mostrado, Deputado Ricardo Vale, o tempo todo, que o Distrito Federal tem dinheiro. Só que o dinheiro existente não dava para fazer o pagamento da folha no todo.

Nós não pegamos dinheiro do Iprev. E eu vi aqui, ontem, Deputado Wellington Luiz, pessoas que se dizem revolucionárias e que estão em partido de ultraesquerda nos atacando e dizendo que estávamos retirando dinheiro de fundo financeiro. Eu pergunto: tem algo mais combatido no Brasil que os fundos financeiros?

Nós, Deputado Chico Leite, colocamos garantias reais. Colocamos terrenos que serão avaliados e supervalorizados, cujo preço, em dez anos, vai triplicar.

E mais: talvez as pessoas não saibam, mas nós não estamos mexendo com as pessoas que entraram de 2007 para cá, que é quem o Funprev atende.

Nós socorremos, Deputado Professor Reginaldo Veras, os atuais aposentados, que não iam receber os seus salários. Nós os socorremos. Deputado

Wellington Luiz, foram eles que nós socorremos, porque nós autorizamos o pagamento dos aposentados. Por isso que o projeto teve 23 votos.

Nós fomos ao Ministro da Previdência, e ele disse: "O que vocês estão fazendo em Brasília será modelo para o Brasil". Será modelo para o Brasil. Ele falou: "Baseado no que vocês estão fazendo em Brasília, nós vamos apresentar uma PEC, para que valha para o País inteiro. Não vamos ficar dependendo de assembleias legislativas ou de vontade de governadores". Nós produzimos uma das peças mais preciosas. Portanto nós não merecemos ser xingados e desrespeitados como algumas pessoas fizeram aqui ontem. Fizeram sem saber o que estavam fazendo. Ouviram o galo cantar e não sabem onde. Ou era desinformação ou má-fé, ou os dois juntos.

Quero assegurar que sou sindicalista há mais de trinta anos, nunca traí os meus princípios, jamais os trairei. Agora, eu não faço demagogia, eu não embarco no discurso fácil. Eu não aceito proposta de facções, que foi o que aconteceu, gente que queria o "quanto pior melhor". Eu sou Oposição a Rollemberg, eu não sou Oposição a Brasília. Não quero tocar fogo em Brasília e, por consequência, no Brasil. Portanto eu tenho segurança absoluta de que o que fizemos estava correto, e estou pronto para debater o assunto com quem quer que seja, quem quer que queira debater comigo.

Temos respaldo constitucional, temos visão política do que queremos para o Distrito Federal e resolvemos definitivamente o pagamento dos servidores, principalmente dos aposentados. Até porque, Deputado Prof. Reginaldo Veras e Deputado Chico Leite, antigamente se usavam as famosas pedaladas, e não há mais pedaladas, não há mais como pedalar, todos os governos o fizeram. Por isso que asseguramos a tranquilidade para Brasília.

Amanhã haverá uma reunião com o Governador, quando se começará a discutir o calendário de pagamento dos reajustes, que são legais – fomos nós que fizemos com que os reajustes fossem legais, foi trabalho nosso, do conjunto, especialmente da Liderança do Partido dos Trabalhadores. Tenho segurança do que fizemos. Tenho clareza do que fizemos. Estava todo mundo reclamando das pecúnias, e as férias de agosto serão pagas. Nós vamos fechar o ano discutindo só os reajustes, porque todos os servidores estarão com o seu dinheiro no bolso.

Pergunto: alguém queria que as pessoas continuassem pagando os juros que pagam no BRB diante de antecipações que não se concretizaram, e que o banco está praticamente extorquindo?

Portanto, esta Câmara está de parabéns pelo que fez. Eu tenho orgulho do que fizemos no dia de ontem. Obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Bispo Renato Andrade.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Ratificando: não estamos nos Comunicados de Líderes. Os Deputados estão usando a palavra na declaração de voto da votação do segundo turno do projeto que foi votado ainda há pouco.

Concedo a palavra ao Ilmo. Deputado Wasny de Roure para declaração de voto.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, já que o assunto retornou aqui, o Deputado Chico Vigilante não falou que o meu voto teria sido único. Em momento nenhum, Deputado Chico Vigilante, eu disse que votaria a favor do projeto, pelo contrário. Em reunião da bancada, eu disse que não votaria a favor do projeto. Fui muito claro. Quando nós conversamos com S.Exa., o Sr. Governador, a nossa proposta, em função do superávit do fundo do plano de capitalização, era a de que reduziríamos a alíquota de contribuição do Estado para o fundo. Foi essa a posição que nós levamos e defendemos.

Posteriormente nos reunimos também com uma equipe de alto nível, na última sexta-feira, quando recebemos aqui o responsável pelo Regime Geral de Previdência Social e discutimos longamente com ele, eu mesmo não pude participar, mas nossa assessoria participou. Estive, sim, na reunião com o ministro e sustentei a mesma posição, e o que sustentei é aquilo que prevê a Portaria nº 402, 403, do Ministério da Previdência. Na reunião de Líderes, eu me levantei e dei o meu posicionamento na frente de todos os líderes sindicais que foram àquela reunião.

Portanto, estou muito tranquilo porque entendo que a matéria não tem cobertura constitucional da maneira como está estabelecida. Isso é uma forma de dar e conceder empréstimo. Não tenho dúvida de que há um cenário de dificuldade, mas há um cenário que é possível ser construído, desde que as regras sejam observadas. Se há regras, é para serem observadas; se outros não observaram, não vamos deixar de fazê-lo. É possível a migração de quem está no plano financeiro para o plano de capitalização? É, mas tem que se obedecer ao cálculo atuarial, tem que se ter o aval do Ministério da Previdência, que tem que ser por escrito, em processo, porque as pessoas mudam, e o processo permanece.

Então, tenho absoluta tranquilidade. Não podemos, de maneira açodada, fazer um remanejamento de 1 bilhão e 200 milhões de reais para, em 180 dias, voltar. Ora, sabe-se que, num cenário desse, esse dinheiro não vai voltar mesmo! O meu receio, e inclusive aproveito para alertar os colegas Parlamentares, é que não fique nesse limite, é que vá além dele, inclusive eventualmente se acabe com o próprio plano de capitalização, deixando-se o servidor sem esse recurso. Eu alerto.

Essa foi a minha posição no interior da bancada nos momentos em que discuti. Não tomei nenhuma atitude no sentido de contestar um colega Deputado que tem uma posição, de agredi-lo ou de tentar descaracterizar a sua posição. Assim

como há um técnico que pensa de uma forma, há outro que pensa de outra maneira. Se, no Governo Agnelo, não foi possível transferir, foi porque a assessoria, naquela época, não recomendou que o governo o fizesse, e o governo não o fez. Se hoje há esse superávit, é porque foram recolhidos devidamente os 22%.

Portanto, não tenho absolutamente nenhum compromisso com a atitude tomada pelos servidores que aqui vieram e vaiaram, xingaram o Deputado, nem sequer conheço quem estava lá. A única coisa que tenho é minha consciência, e votei de acordo com minha consciência, respeitando os colegas desse ou daquele partido. Espero que o meu posicionamento seja respeitado! Posso ter errado? Posso. Mas não admito que questionem ou constranjam o meu posicionamento! Não me vergarei a intimidações!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão para declaração de voto.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, gostaria inicialmente de saudar todos os alunos que estão acompanhando a nossa sessão.

Acho que é muito importante, sim, a gente fazer uma reflexão sobre a tarde de ontem. Quero relembrar aqui a fala do Deputado Wellington Luiz, ontem, no Colégio de Líderes – talvez tenha sido a fala mais sensata entre todos os Parlamentares que usaram a palavra naquele momento. Nós só tínhamos duas opções, não tínhamos uma terceira: ou votávamos o projeto e pagava-se a folha de pagamento dos servidores, inclusive dos aposentados, ou não votávamos e os servidores ficavam sem salários.

E o Deputado Wellington Luiz trouxe uma grande questão naquele momento: de que essa responsabilidade não podia ser da Câmara Legislativa, ela tinha que ser dividida com os presidentes dos sindicatos, que são os representantes dos servidores públicos. E, naquele momento, todos eles acataram que o melhor a se fazer numa crise dessa era garantir o pagamento dos salários.

É importante colocar aqui que esta Casa melhorou, e muito, o projeto. Ele veio do governo com um formato, e toda uma equipe construiu uma nova proposta. Eu até quero parabenizar o Willemann pelo trabalho que foi feito, e também os assessores dos demais Parlamentares. A CCJ – a Deputada Sandra Faraj junto com outros Deputados – também já havia emendado o projeto, para que ele fosse realmente uma garantia de direitos, tanto que limitou o recurso que foi alcançado.

Aí fazem uma comparação grotesca do Distrito Federal com o Rio Grande do Sul e o Paraná, onde foram usados 100% do recurso. É bom lembrar que a Câmara Legislativa autorizou a usar o superávit. Nós não entramos no principal do recurso do

IPREV – Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal. A Câmara Legislativa autorizou o governo a usar o superávit para pagamento da folha. E não havia uma segunda ou uma terceira saída.

O que me surpreendeu – e foi o que o Deputado colocou aqui – é que as pessoas que estavam ontem protestando – quinze, dezesseis, dezessete pessoas, superagressivas com os Parlamentares – sequer sabiam o que estava acontecendo no Distrito Federal.

Eu acho que uma pessoa, para defender um partido político, uma ideologia ou uma ideia, precisa se inteirar dos fatos, porque conhecimento é tudo. Isso mostra a falta de preparo dessas pessoas para discutir o Distrito Federal. Elas precisam primeiramente entender o que está acontecendo, antes de brincar de ser partido político ou trazer aquele tipo de manifestação aqui. Eu até fiquei surpresa porque havia algumas pessoas, com camisetas de professores, fazendo gestos obscenos. Eu não acho que eles sejam professores, porque fui aluna de escola pública e nunca tive professores que fizessem gestos obscenos ou xingassem as pessoas.

Então, foi um exagero. A gente, democraticamente, deixou que aquelas pessoas permanecessem até o final da sessão. Mas elas queriam criar um fato político que realmente não existe.

Esta Casa tem dado uma demonstração claríssima de que vai rejeitar o que é ruim para a população e aprovar o que é bom e o que não vai impactar o aumento de impostos. Hoje seria o prazo final para a gente votar o aumento de impostos, para haver a anualidade para o próximo ano. E esta Casa não chegou a um acordo, porque ela está cumprindo uma importante missão, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que é proteger o bolso do cidadão.

No entanto, não podemos ser hipócritas aqui. Como é que vamos pagar a folha? Como podemos proteger o bolso do cidadão sem termos nada para ser votado? A saída jurídica e política foi utilizar esses fundos, dando garantias reais, inclusive de imóveis que são de fácil venda, de fácil uso – para que fossem uma garantia real.

Eu queria fazer um parêntese aqui: quando o Distrito Federal não paga os servidores públicos, não é como São Paulo ou Rio de Janeiro. A cidade inteira para; o comércio inteiro para; a agricultura, da qual o Deputado Joe Valle é oriundo, para. Essas pessoas formam um círculo. É um processo em cadeia.

Portanto, eu só quero parabenizar cada Deputado, porque nós aprovamos esse projeto com 23 votos. A gente aceita, Deputado Wasny de Roure – porque é uma Casa democrática –, a sua posição contrária. Isso é o parlamento. Existe o debate de ideias. Quantas vezes, no passado, eu fui vencida, fiquei sozinha, votei sozinha? Isso vai da nossa consciência. Mas a quase unanimidade da Casa teve a consciência de que era um momento delicado para o Distrito Federal.

Tivemos uma conversa franca também com os sindicatos.

É importante colocar que esses recursos que a gente garantiu para a folha de pagamento não são, sequer, a motivação da paralisação dos servidores públicos. Eles paralisaram pelos seus reajustes. Nós teremos uma reunião amanhã, às 10 horas, com o Governador, para discutir os reajustes, discutir uma pauta positiva para o servidor público.

Ontem e hoje, esta Casa deu uma demonstração claríssima de que está à altura da cidade, de que vai votar o que é bom, de que aqui não se barganha nada para votar o que é bom para a cidade; de que, quando o momento é de crise, Oposição e Base estão unidas – estamos unidos pela cidade.

Eu quero parabenizar cada um dos Parlamentares que estiveram aqui ontem, que garantiram os salários dos servidores públicos em dia. O que cabe a nós, agora, é realmente cobrar que o GDF mande, no prazo que ficou estipulado de 180 dias, as garantias reais, o novo incremento desse fundo. Ele já está superavitário, não há risco algum sobre isso.

A gente também criou a possibilidade de o Governo do Distrito Federal sair da LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal, em que nos encontramos desde o começo do ano. Então, isso também é algo positivo para o Distrito Federal. É mudar a página da crise, começar uma página positiva.

Quanto ao projeto que estamos votando hoje, da desburocratização, eu quero parabenizar o Governo do Distrito Federal por tê-lo encaminhado; o Secretário Arthur, que se faz presente aqui neste plenário; e o Ministro Afif, que veio aqui.

Tínhamos um problema gravíssimo no Distrito Federal: você não conseguia tirar o alvará se não tivesse o habite-se. Com todas as áreas irregulares que nós temos aqui no Distrito Federal, o que aconteceu? Nós tínhamos 70% dos nossos comércios no Distrito Federal ilegais, sem patamar de valor: eram grandes e pequenos comércios ilegais.

Esse projeto que aprovamos hoje vai garantir que o cidadão entre na internet, consiga fazer uma declaração, de boa-fé, de como é o comércio dele, que vai ser recebida pelo banco de dados do governo. Em cinco dias úteis, o governo vai devolver o alvará. Então, vai se confiar na boa-fé do cidadão e, aleatoriamente, vai-se pesquisar alguns processos para ver se estão enquadrados realmente no que foi declarado. Isso acontece nos Estados Unidos, acontece nos países desenvolvidos, e o Distrito Federal será modelo para o Brasil.

Eu quero parabenizar os colegas que votaram esse importante projeto. É uma pauta que eu vinha cobrando do governo, e foi encaminhada para cá.

Ainda continuo cobrando as três pautas positivas para a construção civil: o projeto do RIT – Relatório de Impacto de Trânsito, o da impermeabilização e o que fala da utilização das áreas verdes. A gente cobra que o Governo do Distrito Federal

os encaminhe para cá. Só com isso, Deputado Prof. Reginaldo Veras, nós vamos conseguir arrecadar para os cofres públicos mais de 1 bilhão de reais, em vez de ficar mexendo no bolso do contribuinte.

Esta Casa, com clareza, tem realmente, desde o começo do ano, brigado para tentar proteger o bolso do contribuinte, e não fazer com que esse cidadão, que sequer foi consultado sobre o excesso de gastos, seja a pessoa que vai pagar as contas. Quem tem que pagar a conta é o próprio governo, que as fez. Ele tem que enxugar a máquina pública, e eu acho que nós temos que ajudar, com essas ações que estamos fazendo.

Então, quero parabenizar todos os Parlamentares por ontem e por hoje.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Eu só quero alertar os Srs. Parlamentares de que já foram encerrados os Comunicados de Parlamentares. Estamos ouvindo declarações de voto. Vamos ouvir todos vocês.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras para declaração de voto.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde a todos os presentes.

Ontem, em virtude da turbulência que envolveu o processo de votação do PLC nº 30, eu não tive oportunidade de fazer a minha declaração de voto; logo, uso a tribuna para fazê-la.

Na terça-feira, durante ato público dos servidores do Distrito Federal – e eu sou um servidor da Secretaria de Educação, com muito orgulho, há 22 anos –, estive no ato, subi no carro de som e declarei: não votarei em projetos de lei que retirem direitos dos trabalhadores. Ao votar ontem favoravelmente ao Projeto de Lei Complementar nº 30, que trata do Iprev, honrei o meu compromisso. Não tirei qualquer direito dos trabalhadores do Distrito Federal! Ao contrário, dei novos direitos e dei novas garantias junto com os demais Parlamentares desta Casa.

Eu quero aqui pontuar porque votei a favor daquele projeto.

1) O Distrito Federal está quebrado e sem essa medida os salários de outubro não seriam depositados. Imaginem, senhores, as consequências disso para as dezenas de milhares de famílias de servidores públicos e para a economia da cidade, tão dependente do salário dos servidores, como falado agora há pouco pela Deputada Celina Leão. Vejam que o próprio Deputado Chico Vigilante, o maior opositor do governo, que vive dizendo que tem dinheiro, foi defensor do projeto – dinheiro que estava vinculado, como sempre diz. Ele diz que tem dinheiro, mas era dinheiro vinculado e precisava de mudanças legais para que pudesse ser utilizado. E

dinheiro que não estava vinculado, Deputado Chico Vigilante, não tinha. O DF está quebrado e continuava quebrado, mas o voto e a defesa de V.Exa. nesse projeto e o voto dos Parlamentares mostrou a responsabilidade de todos com o servidor e com a cidade, não permitindo que ela entrasse num caos ainda maior.

2) No projeto substitutivo aprovado pela Câmara, o governo fica obrigado a repor os recursos em 180 dias. E ainda exigimos como garantia terrenos com liquidez no valor correspondente, numa ação muito bem articulada pela CCJ, onde se iniciou esse debate, fruto de uma articulação. E, aí, parabenizo aqui a nobre Deputada Sandra Faraj presidindo essa comissão.

3) O Ministério da Previdência Social não viu impeditivos no projeto, sendo zero a chance de o Distrito Federal perder o registro junto a esse ministério. Eu tive a preocupação de ir ao Senado consultar os técnicos daquela Casa tanto do regime previdenciário quanto de natureza do direito constitucional. Conseguimos falar com os técnicos do Ministério da Previdência Social que nos garantiram a legalidade e a viabilidade do projeto.

4) O argumento levantado de que a aprovação deste projeto poderia ser questionada judicialmente em virtude da Portaria nº 403, de 2008, art. 25 do MPS, abordado pelo nobre Deputado Wasny de Roure, também pegamos de lá uma argumentação constitucional. Nós temos ali vários alunos de direito e não custa lembrarmos: portaria não se sobrepõe, nas normas infraconstitucionais, a uma lei aprovada por esta Casa. Ainda que seja uma portaria aprovada lá por órgão do Governo Federal. Nós temos autonomia e a nossa lei prevalece aqui.

5) Todos os sindicatos, com exceção de alguns diretores do Sinpro e de outros sindicatos, concordaram com o projeto de lei a partir das modificações feitas em conjunto pelo GDF, pela Câmara e pelos sindicatos. Logo, foi um projeto substitutivo de acordo. E alguns foram frouxos aqui, Deputado Chico Vigilante! Frouxo é a palavra que usamos lá no Nordeste. Assumiram um compromisso lá e vieram com outra postura aqui! Gente do sindicato. E não admito gente sem palavra! Não admito frouxidão! Essa concordância do projeto se deu em reunião com o Governador pela manhã e com os Deputados no Colégio de Líderes à tarde, antes da votação em plenário. E as garantias foram exigidas por todos, levantadas por mim logo no início, antes de o projeto entrar em discussão, pelo Deputado Wellington Luiz, por todos nesta Casa. Então, não admitimos que alguns diretores de sindicatos, frouxos, venham aqui dizer que nós traímos a categoria dos servidores. Eu não traio as minhas categorias, não traio os compromissos que eu assumo jamais!

6) Sou professor da rede pública e, como Deputado, optei pela aposentadoria como professor. Não sei o meu futuro na política, portanto, sou professor e irei me aposentar nesta vida como professor. E, como professor, eu dependo da previdência pública e eu a quero robusta, sem riscos e com liquidez para que meus proventos futuros não sejam ameaçados. Logo, não sou insano de tomar

atitudes contra o sistema previdenciário público. Digo mais, a aposentadoria das minhas irmãs, professoras e da rede de saúde; a aposentadoria do meu filho, que acabou de assumir como professor da Secretaria de Educação; e a aposentadoria de um percentual significativo dos meus amigos, dos meus alunos e dos meus eleitores, que são servidores da Secretaria de Saúde, da Secretaria de Educação e de outros órgãos do GDF, dependem do Iprev. Logo, eu jamais legislaria contra os meus amigos, contra os meus familiares, contra os meus eleitores e contra a sociedade do Distrito Federal. Eles dependem do Iprev e nós garantimos dessa maneira aqui.

Por fim, senhores, a lei aprovada, como disse muito bem o Deputado Chico Vigilante e a Deputada Celina Leão, resolve um grave problema atual e temporal, sem comprometer o futuro previdenciário dos servidores. Esta, Deputado Chico Vigilante, é a minha verdade, pode não ser a verdade de uns mentirosos que estavam na galeria desta Casa ontem. Então, reafirmo e peço que leiam os meus lábios, como eu costumo dizer para os meus alunos: não votei, nem votarei em qualquer projeto de lei que retire direito dos trabalhadores! Afirmo e reafirmo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado, Deputado Prof. Reginaldo Veras. Isso traz uma alegria ao nosso coração: saber que o nosso bloco de independência nesta Casa cresce a cada dia mais. Seja bem-vindo, Deputado Prof. Reginaldo Veras.

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale para declaração de voto.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, eu também amanheci mais tranquilo em função do ocorrido ontem aqui nesta Casa, da solução que esta Casa encontrou para um problema extremamente grave que poderia acontecer nesta cidade em função do não pagamento de aposentados, de professores, de servidores públicos das mais diversas categorias.

Sinto-me muito confortável por ter ajudado o Governo do Distrito Federal, enquanto membro da bancada do Partido dos Trabalhadores, embora nossa bancada não tenha tido consenso na questão da utilização do recurso do Iprev, mas agimos corretamente. Se esta Casa ontem não tivesse permitido que o Governo se utilizasse desses recursos para fazer esses pagamentos, o caos no Distrito Federal seria muito maior; aquela quantidade de servidores que estiveram aqui ontem – e muitos vieram aqui por motivos políticos e não para resolver as questões dos trabalhadores – provavelmente passaria aqui uns três meses com vários servidores reivindicando, brigando para que seus salários fossem pagos.

Portanto, eu não tenho dúvidas, isso já é página virada, fizemos o certo. O governo agora tem de cumprir todos os acordos assumidos, tanto conosco, Deputados, como com as categorias de trabalhadores. O governo tem uma série de

questões para encaminhar e estaremos acompanhando, cobrando, porque acordo tem de ser cumprido.

Está de parabéns esta Casa. Estão de parabéns todos os Deputados. Está de parabéns meu companheiro Deputado Wasny de Roure, que discordou do processo, mas democracia é isso. O importante é que resolvemos uma situação, e isso é página virada, como eu disse.

Agora, temos de resolver outras questões nesta cidade. Estou muito preocupado com o que está acontecendo, de novo, na saúde do Distrito Federal, Deputado Chico Vigilante. Hoje, o Governo praticamente passou para as mãos das organizações sociais a hematologia, a oncologia e o pronto-socorro do Hospital de Base. A gente já vinha debatendo isso aqui. Convocamos o secretário que saiu, convocamos o novo secretário, que esteve aqui, e ele não foi firme em dizer se iria ou não privatizar o sistema de saúde, os setores do sistema de saúde. Parece que começou o processo de privatização da nossa saúde pública. Começou hoje pelo Hospital de Base nesses setores aqui.

Ora, se o governo quer trabalhar com OS, quer privatizar a saúde, ele tem que ser claro. O governo tem que chamar a Câmara Legislativa, chamar a imprensa, chamar o povo, quem quer que seja, e dizer: "Olha, a política de saúde da nossa cidade, a partir de hoje, é privada, é com OS". O secretário veio aqui, disse que não ia fazer nada disso, que não ia acontecer, e começou. Contudo, começou sem debate nenhum, de forma escondida, de forma silenciosa. Isso é muito preocupante, quando o governo não mostra transparência nos seus projetos, na sua política. Não está havendo transparência na questão da saúde do Distrito Federal.

O que o governo quer fazer com a nossa saúde pública, que está um caos? A saída são as OS? A saída é a privatização? Então, fale para esta Casa. Por que não falou aqui o secretário? O secretário esteve aqui há duas semanas numa comissão geral e não teve a coragem de falar o que ele começou a fazer. Provavelmente está fazendo porque teve que fazer escondido. Vai ali, fecha uma UPA aqui, outra ali, pega funcionários, leva para cá, traz para cá, fecha a hematologia ali, chama a OS aqui.

Portanto, eu quero pedir aos nossos pares, aos nossos companheiros Deputados que convoquemos, de novo, o Secretário de Saúde. Eu já estou com o requerimento pronto. Infelizmente! Já é a terceira vez que eu vou apresentar um requerimento aqui convocando o Secretário de Saúde. Fica até parecendo uma perseguição minha, mas não é. E eu estou preocupado, porque eu estou vendo poucos Deputados preocupados com a situação da nossa saúde. Estão privatizando a saúde pública do Distrito Federal. E é muito mais caro jogar o sistema de saúde para a iniciativa privada do que trabalhar com a saúde pública de qualidade, bem administrada, bem gerenciada. O governo não prometeu que faria isso e começou a fazer. Não resta alternativa para mim.

Eu quero pedir aos companheiros, à nossa Presidente da Casa, diante dessa gravidade da privatização dos setores da saúde, que possamos convocar o Secretário de Saúde, de novo, para explicar o que está acontecendo. Ele tem que ser sincero com o povo do Distrito Federal. O governo tem que abrir o jogo com esta Casa. Vai privatizar ou não a saúde? Fala logo. Se vai, fala como vai ser, quais são os termos, quem vai, como vai ser, quem são as organizações que vão participar. Abra o jogo. Não fique fazendo escondido igual está fazendo, não.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Julio Cesar.)

DEPUTADO JOE VALLE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero só dizer que não estive na votação porque estava acompanhando uma manifestação do setor rural aqui, na frente do Buriti, contra a fusão da agricultura, mas acredito que esse projeto seja o começo de um processo que precisa acontecer na Capital da República, que é destravar o setor produtivo desta cidade. A saída é pelo setor produtivo. Nós não podemos ter uma cidade que gasta – e o orçamento está nesta Casa em 40 bilhões de reais no ano – com a entrega de serviços que nós temos. Agora mesmo, eu estava lá com um grupo de pessoas. Se a gente pergunta – e eu tenho feito pesquisa com relação a isso – para o cidadão o que ele percebe de entrega pelo Estado, a percepção é zero, é nada. Nenhuma entrega! Há que se fazer urgentemente a reforma do Estado, há que se fazer urgentemente a desburocratização e a libertação, o corte das amarras para que o setor produtivo, de forma legal, formal, possa se estabelecer na nossa cidade e consigamos, minimamente, um equilíbrio no sentido de que a riqueza possa voltar a acontecer e não caiamos, de novo, nessa espiral negativa em que estamos.

Eu tenho uma sanha arrecadatória, e nós precisamos reverter isso num processo de desenvolvimento que vai tirar, definitivamente e de forma sustentável, o Governo do Distrito Federal da crise, porque, se isso não acontecer, nós vamos ter que ficar votando projetos polêmicos, projetos que são difíceis e amargos para o povo o tempo inteiro, e vai chegar um momento em que isso vai se esgotar.

Muito obrigado.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pelo dever que tenho de respeito ao Deputado Prof. Reginaldo Veras – até já comentei com ele pessoalmente isto –, a Lei nº 9.717, de 1998, regula o regime próprio de previdência social e trata exatamente do órgão regulador. Foi o

Ministério da Previdência que regulou essa matéria nas suas Portarias nºs 402 e 403. Há outras portarias também. São portarias que prevalecem em relação às legislações estaduais ou distrital.

Naturalmente, eu coloco isso como uma forma de esclarecer que as orientações que exigem a observância da lei federal nesta portaria se aplicam, sim, conforme o art. 25 e o art. 21. O art. 25 é explícito: antes de apreciação de projetos de lei, naturalmente pelo Legislativo, deve ser consultado o Ministério da Previdência. Portanto, quero apenas registrar isso para que se esclareça de onde vem o nosso fundamento sobre aquilo que falamos anteriormente.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PT. Sem revisão do orador.) – Obrigado.

Sr. Presidente, nobres pares, apesar de estarem de saída, quero agradecer a presença dos alunos do curso de Direito.

Sr. Presidente, meus colegas Parlamentares, imprensa, eu venho à tribuna hoje para falar, não pela primeira vez, de uma pequena comunidade localizada perto de Planaltina, que é comunidade do Monjolo. É uma comunidade histórica, pacata, amiga, muito ordeira, mas que hoje, dia 30 de setembro, saiu do seu padrão de normalidade para fechar, Deputado Wasny de Roure, a DF-128, que liga Planaltina de Goiás a Planaltina do Distrito Federal.

O que faz esse povo pacato, calmo, tranquilo, tomar uma atitude desse porte? O que faz é o desrespeito, a incompreensão e, principalmente, no meu entendimento, a incompetência do IBRAM – Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal-Brasília Ambiental – em relação a um pleito de décadas dessa comunidade. Eu vou pedir permissão aos pares para fazer um relato rápido do que acontece.

A comunidade do Monjolo, há décadas, espera a pavimentação de uma rodovia. Essa comunidade é uma das mais antigas de Planaltina, e, portanto, uma das mais antigas do Distrito Federal. Tem construções que beiram duzentos anos e uma família tradicional que foi importantíssima, a família Castro, dentro do povoamento dessa região central do Distrito Federal. Essa comunidade, Deputado Ricardo Vale, abrigou a Missão Cruls. Na famosa foto do pé de jabuticaba de Pirenópolis, à esquerda, está o Sr. Viriato de Castro, que foi guia da Missão Cruls.

Essa comunidade luta há décadas pela pavimentação da DF-131. Quando eu assumi o mandato, fiz um compromisso com eles não pela pavimentação, mas de fazer o que era certo e de lutar para que essa estrada pudesse ser uma realidade para eles.

Em 2012, nós começamos um trabalho. Eu coloquei uma emenda de 600 mil reais para elaboração do projeto. Foi feita toda a parte de convencimento do governo, e houve um entendimento de que se deveria consultar o Ibram, porque a estrada, de 7 quilômetros, tem um trecho limítrofe de 500 metros com a reserva de Águas Emendadas. Nós, como ambientalistas, como defensores do meio ambiente, entendíamos que essa estrada tinha que seguir padrões ambientais rigorosíssimos porque estava ao lado de uma reserva.

Não é novidade que praticamente todas as reservas do País – se não todas, mas muitas reservas – têm estradas pavimentadas ao lado delas. A própria Estação Ecológica de Águas Emendadas tem um trecho da DF-128 que liga as duas cidades, Planaltina/DF a Planaltina/Goiás, que é pavimentado, e muitos desta Casa, inclusive o Deputado Ricardo Vale, eu e o Deputado Wasny de Roure pleiteamos, lutamos pela duplicação daquela rodovia. Ela passa 10 quilômetros ao lado da reserva de Águas Emendadas.

Durante esses três anos, nós fizemos toda essa articulação, todo o trabalho de projeto e de convencimento. O ponto final era a licitação. Os recursos foram garantidos no final do ano passado, com a licitação, Deputado Prof. Reginaldo Veras. Foi feita a licitação e escolhida a empresa vencedora, depois de muito lutar no Tribunal de Contas para convencê-lo de uma licitação de uma obra que estava avaliada em quase 12 milhões de reais. Devido à fiscalização que nós empregamos no nosso mandato, ela caiu para 7 milhões e pouco. Houve um deságio de cerca de 35%, porque estávamos em cima fiscalizando essa rodovia.

Não é a primeira vez, senhoras e senhores, que ocupo esta tribuna para falar da DF-131, do respeito que tenho por essa comunidade, que não deve ter mais de duzentos habitantes, não deve ter mais do que cinquenta votos. A gente deve se pautar na vida política não pela quantidade de votos, mas por aquilo que tem valor.

Em 2015, eu não estava no mandato. Tive diversas reuniões, em nome da comunidade, com o Ibram, com o DER, para que esse projeto se viabilizasse. O Governo do Distrito Federal, a atual gestão contraiu empréstimo junto ao Banco do Brasil para realizar essa obra. O Deputado Joe Valle está aqui, é um deputado da área rural e acompanha esse projeto comigo. Nós iniciamos esse processo. Eu, sinceramente, até a semana passada, tinha orgulho de bater no peito, Deputado Wasny de Roure, e de dizer que participei desse processo de construir no Distrito Federal a primeira estrada verde do Distrito Federal. Obviamente o asfalto não é verde, mas os parâmetros ambientais eram de Primeiro Mundo.

Para se ter ideia, nós estávamos trabalhando numa estrada em que havia passagem para os animais. Uma dessas passagens, Deputado Wasny de Roure, tem 4,20 metros de largura para que os animais possam passar de um lado para o outro e não haja impedimento na via desses animais, por respeito aos animais, porque o meio ambiente a gente deve preservar.

Essa estrada não tem – esse é um termo da Engenharia, algum engenheiro aqui vai saber – caixa de empréstimo. O que é a caixa de empréstimo? Quando a empresa vai fazer a estrada, ela retira, Deputado Prof. Reginaldo Veras, o cascalho e outros componentes da margem da estrada. Essa estrada não tem isso, Deputado Joe Valle. O cascalho é retirado com 10 quilômetros de distância, para que não se fira o meio ambiente daquela região.

Essa estrada também tem um trabalho feito dentro do plano, na relação com o Ibram, de educação ambiental. Quantas estradas no Distrito Federal os senhores conhecem, Deputado Lira, que possuem plano de educação ambiental? Eu digo: nenhuma. Nenhuma tem esse plano de educação ambiental.

Fizemos reuniões com a comunidade do Monjolo, para que a comunidade entendesse a importância que tem a reserva de Águas Emendadas para Planaltina, para o Distrito Federal, para o mundo. Foi feito tudo isso. Hoje, o que é um grande pleito – o Deputado Joe Valle milita muito nessa área –, essa estrada já viria com ciclovia. Foi exigência do Ibram, tudo isso foi exigência do Ibram.

Se eu critico o Ibram, tenho que saudar o DER, porque o DER, em todos os momentos, disse: nós vamos fazer. "Eu preciso disso". Nós vamos fazer. "Preciso daquilo". Nós vamos fazer. Todas essas questões foram sanadas, sem exceção. Além disso, essa hipótese, esse nome, esse título de estrada verde não foi dado por mim, foi dado pelo próprio Ibram, tamanha a satisfação que havia nesse projeto.

Por que ele é importante? Porque é parâmetro para os outros. Acabei de citar a DF-128. Todos nós, um dia, vamos ter que lutar para que ela seja duplicada. Em uma ponta está Planaltina de Goiás, com 120 mil habitantes, e na outra ponta está Planaltina do Distrito Federal, com 230 mil habitantes. O fluxo de carros, o número de mortes nessa estrada é coisa absurda. Vai ter que ser duplicada um dia. Em vez dos 500 metros que passa do lado da DF-131, ela tem 10km ao lado da extensão da ESECAE – Estação Ecológica de Águas Emendadas.

Por que a minha chateação? Feito tudo isso, depois dessa batalha imensa, nós recebemos a notícia de que o Ibram não concederá a licença ambiental por um erro formal. E aqui fica a minha preocupação: o órgão que deveria zelar pela sustentabilidade dos empreendimentos do Distrito Federal, na hora em que o primeiro empreendimento de pavimentação do Distrito Federal com padrões ambientais ajustados, no momento em que se discute cada vez mais a necessidade do desenvolvimento, Deputado Ricardo Vale, aliado à preservação ambiental, na hora em que conseguimos isso, o Ibram, por um erro formal – ele diz que há um erro formal no processo – cancela essa licitação.

É triste uma situação dessa. Eu quero aqui manifestar o meu repúdio por essa atitude. Essas políticas de desenvolvimento e sustentabilidade estão a cargo do Ibram. O Ibram promoveu todas essas reuniões, promoveu todas essas exigências. Na hora h, cancela? Não é à toa toda essa história.

Somente para ilustrar, Deputado Prof. Reginaldo Veras, a histórica, pacata e amiga Vila do Monjolo, em Planaltina, hoje se rebelou e fechou a DF-128. Queimou pneu, porque não aguenta mais essa enganação. Espero que o Governo do Distrito Federal – já me manifestei ao Secretário Marcos Dantas –, que o Governador Rodrigo Rollemberg tome a responsabilidade sobre isso, porque ele mesmo anunciou.

Tem até uma história cômica. O Governador Rollemberg, que gosta muito de galinha caipira, mandou encomendar as galinhas caipiras lá do Monjolo, porque iria na inauguração da obra comer galinha caipira. A comunidade congelou duzentas galinhas, que vão ficar congeladas, infelizmente.

Espero que haja sensibilidade, espero que haja respeito, e haja principalmente consciência do trabalho que o Ibram promoveu, da possiblidade de se ter um parâmetro ambiental para empreendimentos rodoviários no Distrito Federal, que hoje está sendo jogado fora por conta de um erro formal.

Sr. Presidente, nobres pares, muito obrigado pela tolerância.

(Assume a Presidência o Deputado Prof. Reginaldo Veras.)

DEPUTADO JOE VALLE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esta deveria ser uma questão de mandar prender as pessoas. O que disse o Deputado Cláudio Abrantes aqui – estou acompanhando a comunidade, estou acompanhando todo o processo – é de uma gravidade, é tentar ser mais realista do que o rei. Não sei nem o que falar, essas pessoas não sabem o que é sustentabilidade. A sustentabilidade tem um tripé. Ela é economicamente viável, precisa ser economicamente viável, não só ambientalmente correta e socialmente justa. A lógica dessa burocracia da não responsabilização do instituto público para com a comunidade é de uma gravidade tremenda.

O Estado se encerra em si só. Esse Estado que a população não reconhece mais! Esse Estado, você pode perguntar para qualquer pessoa, ela não o reconhece mais, como não reconhece a nossa Casa. Então, é hora, Sr. Presidente e Deputado Cláudio Abrantes, de nós nos rebelarmos contra uma situação dessa, porque a legalidade toda foi cumprida. É um exemplo essa rodovia para Brasília, é um exemplo para o País. Parecia brincadeira. Estava tudo pronto. "Ah, precisa mais isso." Aprontavam. Estava tudo pronto. "Ah, precisa mais isso." Aprontavam. A comunidade esperando e falando: "Olha, sexta-feira, sai a licença." Aí não saía na sexta. "Sexta-feira que vem, sai". Aí não saía na outra sexta. E o recurso público destinado a isso, reservado e perdido. Foram perdidos mais de 7 milhões de reais da comunidade. Isso chama-se corrupção passiva. Precisa ter punição. Enquanto não

tiver punição para corrupção passiva, ela vai continuar acontecendo e o governo continuará travado.

Então, faço um apelo ao Governador Rodrigo Rollemberg. Conheço a seriedade das pessoas, mas, enquanto S.Exa. não tomar uma atitude de governador, colocar a situação que deve ser e destravar essa cidade, vai continuar acontecendo essa vergonha de a Capital da República só aparecer nas páginas policiais.

Muito obrigado.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Cláudio Abrantes, primeiro, quero cumprimentar V.Exa. Eu conheço aquela região, já estive ali, já vi o trechinho ali, que é extremamente importante, porque tem uma escola lá embaixo. Lamento muito a falta de iniciativa do poder público de resolver uma coisa tão simples e tão importante.

Portanto, eu queria dizer para V.Exa., Deputado Cláudio Abrantes, que eu me somo ao seu discurso. Eu estou lembrando aqui que, no dia 28 de outubro, haverá uma audiência pública sobre a DF-128. Podemos aproveitá-la para tratar disso lá. Desde já, convido V.Exa. para fazermos essa audiência juntos, até porque V.Exa. é morador de lá, conhece toda aquela região e, quando fui procurado aqui por moradores tanto de Planaltina como de Brasilinha, V.Exa. não estava aqui ainda.

Portanto, acho mais do que importante que V.Exa. coordene essa audiência pública lá conosco e que convidemos o Ibram e outros setores do governo para que voltem atrás nessa questão. Que nós, além de resolvermos essa questão do Monjolo, passemos a trabalhar, de forma efetiva e definitiva, na duplicação daquela via, porque são jovens e jovens, são famílias, são pessoas que estão morrendo ali direto. Semana passada, houve outro acidente lá. V.Exa. sabe disso.

Então, eu queria dizer a V.Exa. que pode contar comigo. Quero parabenizá-lo por trazer aqui essa pauta tão importante.

DEPUTADO JOE VALLE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Sem revisão do orador.) – Eu acho que esta Casa tem que se manifestar. Eu me manifestarei na forma de requerimento de informação. Por quê? Como eu disse no meu discurso, no meu pronunciamento, os recursos que estavam separados para essa rodovia, licitada – e uma empresa foi contratada pela ordem de sete milhões e meio de reais –, são recursos advindos do Banco do Brasil, de um empréstimo do Banco do Brasil. O Banco do Brasil não deu

dinheiro para o Governo do Distrito Federal, não deu, emprestou para que ele pudesse fazer esse empreendimento.

Por que estou falando que farei na forma de requerimento de informação? Porque eu quero saber se, no meio de toda essa crise por que nós passamos, no meio de tanta falta de dinheiro – V.Exa. veio hoje aqui à tribuna se manifestar sobre o projeto do Iprev, sobre o que nós tivemos, uma grande luta aqui e que nós esperamos que resolva pelo menos a situação dos servidores –, no meio de toda essa crise em que se fala que não há dinheiro, como é que o governo fica com o dinheiro, paga juros ao Banco do Brasil e agora vai ter que devolver o dinheiro? Vai devolver o dinheiro sem ter feito a obra. Quem responderá por esses juros que foram pagos? Quem vai pagar esse dinheiro que saiu do cofre do GDF e foi pago ao Banco do Brasil na forma de juros do empréstimo?

Então, eu vou fazer um requerimento de informação, porque eu quero realmente saber como é que essa situação vai ser solucionada.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Deputado Cláudio Abrantes, permita-me dar um conselho – nem sei se tenho autoridade para isso. Se todos os parâmetros legais foram cumpridos e tudo estava pronto, eu acho que um requerimento leva até um tempo maior. Poderíamos até convocar o responsável pela negativa para a autorização do início da obra, e ele daria aqui as explicações verbalmente e tudo mais.

Fica essa dica para V.Exa., tal é a gravidade do problema e a necessidade de urgência de ele ser sanado.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Eu digo que acolho o conselho de V.Exa., muito bem dado. Faremos isso então. Conversaremos, de repente, com a própria Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, vendo os membros, ou quiçá pela comissão, ou mesmo pelo plenário da Casa, para que possamos convocar para pedir explicações.

Quero, inclusive, salientar que hoje, no Condomínio Cachoeira, em Planaltina, em uma área extremamente íngreme, que não foi asfaltada no governo anterior porque precisava de drenagem, e existe laudo nesse sentido, o Governo do Distrito Federal lançou fresado. Na primeira chuva, esse fresado irá totalmente para o rio São Bartolomeu, que inclusive é responsável por uma grande participação na área agrícola. Eu rezo, não estou torcendo pelo pior, que esse fresado aguente as chuvas e não vá para o rio São Bartolomeu. Onde está o IBRAM – Instituto Brasília Ambiental, que não foi fiscalizar o próprio governo, que colocou o fresado em uma área onde não deveria colocar? São por essas e outras coisas que precisamos convocar o responsável pelo Ibram para que ele diga por que; para isso, o Ibram não se posiciona.

DEPUTADO JOE VALLE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria também de falar que essa questão do fresado é de tal gravidade que eu já arguí o Presidente da Novacap para saber qual é o critério de colocação desse fresado nas áreas. É o amigo do rei, é o amigo do ascensorista? Que amigo é esse? Quem está pedindo e quem está colocando isso? Então, vou também, pela Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, convocar o Presidente da Novacap a se explicar em relação a esse fresado, porque, se ele está sendo colocado sem a anuência do Ibram, é mais grave ainda, porque está faltando comunicação dentro do governo; mais grave ainda, porque não tem critério nenhum de colocação. E isso é recurso público que está sendo alocado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Sras. e Srs. Deputados, esta Presidência informa que, em razão da aprovação do Requerimento nº 1.002, de 2015, de autoria do Deputado Lira, a sessão ordinária de amanhã, dia 1º de outubro de 2015, quinta-feira, será transformada em Comissão Geral para debater o tema: a situação dos doentes renais crônicos que dependem de hemodiálise nas redes públicas e privadas de saúde do Distrito Federal.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta sessão extraordinária. Vamos todos em paz.

(Levanta-se a sessão às 17h48min.)